

Florianópolis, 15 de Outubro de 2026.

Ao Ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência do Brasil
Guilherme Boulos

A Direção do SINTUFSC manifesta seu apoio à reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva neste segundo turno, por compreender que esse projeto político está alinhado à defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional. Esse apoio, no entanto, não significa abrir mão da nossa autonomia sindical ou deixar de cobrar os compromissos necessários com os trabalhadores e com o serviço público. Pelo contrário, entendemos que apoiar um projeto comprometido com os interesses populares também significa apontar os caminhos que precisam ser percorridos e cobrar avanços concretos.

Uma das nossas principais preocupações é o crescente ataque ao movimento sindical e às organizações dos trabalhadores. Não podemos aceitar a criminalização daqueles que se organizam coletivamente para defender direitos, melhores condições de trabalho e uma sociedade mais justa. O projeto político da extrema-direita, representado pela candidatura de Flávio Bolsonaro, tem como um de seus objetivos destruir o movimento sindical independente. Os sindicatos são instrumentos fundamentais da democracia e da luta histórica da classe trabalhadora. Defender sua legitimidade, sua autonomia e seu direito de mobilização é indispensável para qualquer governo que se proponha a representar os interesses do povo.

Também reivindicamos respeito e valorização aos técnicos-administrativos em educação (TAEs), fundamentais para o funcionamento das universidades federais e para a garantia de uma educação pública de qualidade. Não existe universidade sem os trabalhadores. É preciso reconhecer efetivamente o papel da categoria, valorizar sua carreira, assegurar condições dignas de trabalho e manter diálogo com suas entidades representativas. A valorização dos servidores públicos não pode ficar apenas no discurso: é preciso priorizar a abertura de concursos públicos e a não terceirização dos serviços.

Essa valorização também precisa contemplar os aposentados e pensionistas, que dedicaram parte significativa de suas vidas ao funcionamento e à construção da universidade e do Brasil que temos hoje. Nesse sentido, reivindicamos o auxílio-nutrição para aposentados e pensionistas, como medida de proteção social e reconhecimento de suas necessidades. Também manifestamos preocupação com a redução pela metade das pensões, situação que gera insegurança, angústia e pode comprometer a garantia das necessidades básicas, como alimentação, moradia, saúde e demais despesas essenciais. Não é aceitável que aqueles que contribuíram durante toda a vida para o serviço público sejam deixados em situação de vulnerabilidade. É necessário avançar na construção de políticas que assegurem proteção, respeito e dignidade aos aposentados e pensionistas.

Além disso, defendemos o financiamento adequado da universidade pública. A expansão da rede federal, com a abertura de campi e cursos, é importante, mas não basta

anunciar novas estruturas se não houver orçamento suficiente, infraestrutura e trabalhadores para mantê-las. Não adianta ampliar o acesso à universidade e depois deixar as instituições sem recursos e sem códigos de vaga para servidores técnico-administrativos e docentes. A expansão precisa vir acompanhada das condições necessárias para garantir o funcionamento das universidades, a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão e condições dignas para quem trabalha nelas.

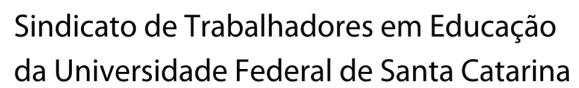
No âmbito dos Hospitais Universitários, defendemos a prioridade de seu caráter de hospital-escola, articulando assistência à saúde, ensino, pesquisa e extensão, em benefício da população e da formação de profissionais comprometidos com o Sistema Único de Saúde (SUS). Para garantir essa missão, é indispensável assegurar financiamento adequado, estrutura e força de trabalho suficientes, com a continuidade da abertura de vagas para servidores públicos vinculados ao Regime Jurídico Único (RJU). A contratação de trabalhadores por meio de vínculos públicos estáveis é fundamental para fortalecer o caráter público dos HUs, preservar a qualidade do atendimento e garantir condições adequadas de trabalho e formação. Reivindicamos, ainda, a revogação da Instrução Normativa nº 15 (IN 15), por seus impactos sobre os trabalhadores da saúde, defendendo o respeito aos direitos da categoria e a construção de condições de trabalho que reconheçam as especificidades e os riscos envolvidos na atuação desses profissionais.

Os recentes ataques e ameaças dirigidos a diversas universidades públicas pelo país, a exemplo do que ocorreu na UFPE, evidenciam a urgência e a gravidade do momento atual. Defender a universidade pública também é defender a soberania nacional. Um país que não investe em educação, pesquisa, ciência, tecnologia e serviços públicos fica mais vulnerável aos interesses econômicos externos e perde capacidade de decidir seus próprios rumos. Queremos um Brasil que valorize seu patrimônio público e fortaleça suas instituições. Não há soberania verdadeira sem valorização do trabalho, redução das desigualdades e garantia de direitos sociais.

Por isso, deixamos uma mensagem direta ao presidente Lula: nos próximos quatro anos, não se esqueça de quem o elegeu e de quem continua lutando diariamente pelo serviço público e pelo Brasil. Os trabalhadores, os servidores públicos, os sindicatos e os movimentos sociais precisam ser valorizados, ouvidos e respeitados ao longo de todo o governo. Esperamos que este novo mandato seja marcado pelo diálogo, pela valorização dos trabalhadores e pelo fortalecimento dos serviços públicos, com medidas concretas que correspondam às expectativas de quem se mobilizou para defender a democracia e impedir o avanço de projetos fascistas e contrários aos direitos sociais.

Entregamos também uma cópia do jornal do SINTUFSC, que aborda questões importantes para a população trabalhadora de Santa Catarina, entre elas os problemas provocados pela especulação imobiliária e os ataques que os sindicatos vêm sofrendo.

Nosso apoio à reeleição de Lula parte da compreensão de que este é o caminho mais alinhado à defesa dos trabalhadores neste momento, mas também da convicção de que é preciso avançar. Seguiremos defendendo a universidade pública, a valorização dos TAEs, o orçamento necessário para o funcionamento dos serviços públicos, a liberdade



Atenciosamente,